

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES NO MERCADO INFORMAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DO PAÍS

PARTICIPATION OF GUINEAN WOMEN IN THE INFORMAL MARKET AND THEIR CONTRIBUTIONS TO THE GROWTH OF THE COUNTRY'S ECONOMY

Rosiani Sanca Martins*

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

RESUMO

O presente artigo propõe analisar as contribuições das mulheres guineenses no mercado informal. O trabalho informal realizado pelas mulheres tem auxiliado para o crescimento da economia e o desenvolvimento do país nos últimos anos, e tem colaborado massivamente na sobrevivência e manutenção das famílias no que diz respeito à educação, alimentação e saúde. Diante disso, os desafios enfrentados pelas mulheres do comércio informal no cotidiano guineense serão explanados no decorrer do trabalho. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se assenta numa abordagem qualitativa interpretativa, tendo como técnica a entrevista e coleta de dados, que permite analisar as colaborações das mulheres guineenses no mercado informal, no que diz respeito à economia e ao desenvolvimento do país. Os estudos de gênero (OYERONKE, 2004) e a bibliografia mais recente sobre trabalho informal (MENDES, 2016; SILVA, 2010) serão apresentados e comentados ao longo da pesquisa. A permissão hipotética que guia este artigo é de que com a renda proveniente do trabalho informal, milhares de mulheres guineenses têm cooperado para o equilíbrio financeiro das famílias.

Palavras-chave: mulheres guineenses; trabalho informal; economia.

ABSTRACT

This article proposes to analyze the contributions of Guinean women in the informal market. The informal work carried out by women has contributed to the growth of the economy and the development of the country in recent years, and has contributed massively to the survival and maintenance of families with regard to education, food and health. In view of this, the challenges faced by women in the informal trade in Guinean daily life will be explained in the course of the work. From a methodological point of view, the research is based on an interpretive qualitative approach, using the interview and data collection technique, which allows analyzing the contributions of Guinean women in the informal market, with regard to the economy and development of the country. Gender studies (OYERONKE, 2004) and the most recent bibliography on informal work (MENDES, 2016; SILVA, 2010) will be presented and commented on throughout the research. The hypothetical permission that guides this article is that with income from informal work, thousands of Guinean women have cooperated for the financial balance of families.

Keywords: guinean women; informal work; economy.

*Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2022) e graduação em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (2018). Contato: rosabelasanca@gmail.com

Artigo Recebido em: 06/02/2022. Aceito em 27/07/2023.

INTRODUÇÃO

O trabalho pode ser definido como uma atividade realizada de forma individual ou coletiva, ou ainda, como um esforço para se obter uma meta (SAINT-JEAN; THERRIault, 2007). Ele pode se apresentar de diversas maneiras e com enfoque em várias áreas, tais quais, economia, física, filosofia, história, entre outras. Para Coutinho (2009) o trabalho compreende em uma atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, dinâmica, variável e que se difere de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, estratégica, instrumental e moral.

O trabalho em Guiné-Bissau não possui somente a dimensão produtiva concebida a partir do modelo de produção capitalista, é visto também como um modo de vida. O trabalho ajuda no fortalecimento de vínculo entre os sujeitos da mesma comunidade ou aldeia, por isso que possui este significado simbólico. A partir do início dos tempos, o homem sempre almejava o desenvolvimento de tarefas para que as suas necessidades fossem alcançadas, principalmente anterior à evolução da agricultura. Historicamente, os indivíduos constantemente vêm criando os seus modos ou modelos de acordo com a evolução da sociedade, a exemplo dos modos de produção existentes no passado.

O modo de produção tribal é o modelo de produção mais antigo, e era feito por família ou um determinado grupo étnico, no qual todos trabalhavam juntos e recebiam a mesma parte dos bens produzidos. Não havia classe social ou Estado e nem havia exploração de uns sobre os outros, as trocas de bens eram feitas de maneira simples, de caráter celebrativo e solidário.

Dentro das realidades do mercado de trabalho brasileiro, encontra-se o trabalho formal e informal. O primeiro, formal, também denominado de assalariado, prevê conforme a legislação do país, contratos em tempo parcial, contratos específicos para pequenas empresas, contratos temporários, ou outros tipos de contrato, que configuram uma relação de vínculo entre empregador e empregado. O trabalho informal, por sua vez, é aquele realizado sem formalidade, no qual os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada ou nenhum tipo de contrato firmado (NORONHA, 2003).

O que é totalmente diferente na Guiné-Bissau, as leis trabalhistas são muito frágeis e não abrange toda a camada da população que trabalha formalmente, já que o estado maior empregador do país acaba não seguindo as leis que foi criado por ele mesmo. O funcionário, estando dentro desse conceito de formalidade, acaba por não encaixar-se no próprio conceito no sentido literal de formal. Diferenciar o formal e informal no contexto guineense ainda é um pouco difícil já que o próprio funcionário com carteira assinada, ou seja, assalariado, ainda tem muita dificuldade de saber quais são os seus direitos e quais são os benefícios que são assegurados pela lei trabalhista.

O trabalho informal configura-se em uma das principais maneiras de sobrevivência da população devido à sua capacidade de gerar emprego e uma renda para aqueles que ainda vivem dentro do contexto da informalidade (SANTOS, 2021). Autores destacam que apesar da recuperação do emprego com carteira assinada no início dos anos 2000, a informalidade, que constitui um traço histórico do mercado de trabalho brasileiro, continua sendo a marca do contexto de trabalho de uma considerável parte de trabalhadores, em especial de mulheres (KREIN; PRONI, 2010; LEONE, 2010; LOMBARDI, 2010).

Ao longo das últimas décadas, as mulheres vêm conquistando espaços sociais, profissionais, culturais e políticos que exclusivamente eram reservados apenas aos homens. Contudo, as assimetrias ainda são consideráveis no mundo profissional, visto que, há diferenças sistemáticas entre oportunidades, ganhos salariais de mulheres em cargos similares aos homens (GIUBERTI; MENEZES-FILHO, 2005; CAMBOTA; PONTES, 2007) e o número de mulheres em posições de gestão executiva ainda é restrito (CAVAZOTTE; OLIVEIRA; MIRANDA, 2010).

Semelhante ao que ocorre na sociedade brasileira, os direitos entre homens e mulheres são ainda totalmente desiguais na Guiné-Bissau. Às mulheres guineenses ainda é outorgado, são, de forma consciente ou inconsciente, o papel único de cuidadora do lar. Como resultado sua entrada em espaços públicos, como o mercado de trabalho, ainda é repleta de obstáculos de dificuldades (PEREIRA, 2022).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Guiné-Bissau é um país que se encontra localizado geograficamente na costa ocidental da África, fazendo fronteira ao norte com o Senegal, ao sul com a Guiné-Conacri e ao oeste é banhado pelo oceano Atlântico. O país tem uma superfície total de 36.125km² e aproximadamente 1.852.284 habitantes (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil e duzentas e oitenta e quatro), conforme dados do relatório da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP), atualizado em 2018. O país é composto por oito regiões e um setor autónomo, nomeadamente, região de Cacheu, Oio, Biombo, Quinara, Tombali, Bolama, Bafatá, Gabú e sector autónomo de Bissau (GUINÉ BISSAU, 2011).

Esta nação africana é constituída por diversos grupos etnolinguísticos, com destaque para os balantas, fulas, mandingas, papéis, mancanhes, manjacos, biafadas, felupes, mansoncas e nalus. Para além das regiões e do setor autónomo, existe o arquipélago dos Bijagós, formado por mais de 80 ilhas onde somente 33 são habitadas. A Guiné-Bissau tem clima tropical (quente e úmido), com duas estações do ano: seca e chuvosa. É um país da língua oficial portuguesa, integrando em várias organizações internacionais entre os quais destacam-se: os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), dentre outras organizações que congregam países africanos (GUINÉ BISSAU, 2019).

O referido artigo¹ teve como objetivo investigar a participação das mulheres guineenses no mercado informal e as suas contribuições para o crescimento da economia do país. Trata-se de uma pesquisa com mulheres guineenses, inseridas no trabalho informal. As ideias expressas neste artigo são resultantes da pesquisa realizada entre os anos de 2020 e 2021, com diferentes mulheres inseridas nesse meio.

Para a realização da presente pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa e os métodos escolhidos foram o levantamento bibliográfico e a entrevista semiestruturada. De início, foi feito um levantamento bibliográfico das

¹ Trabalho em formato de artigo para conclusão do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, sob a orientação da Prof.^a Dr^a. Juliana Dourado Bueno.

referências sobre os temas: gênero e trabalho. Em seguida, a partir das leituras sobre a temática e o contexto sociocultural, foi desenvolvido um roteiro de entrevista. As entrevistas não puderam ser realizadas pela autora em razão de força maior, então um assistente de pesquisa auxiliou na etapa de realização das entrevistas.

Para a escolha dos participantes das entrevistas foi realizada uma etapa preliminar para conhecer o perfil das mulheres guineenses. A partir disso, foi percebido que não seria possível atingir todas as áreas pretendidas inicialmente, devido a indisponibilidade das entrevistadas e a dificuldade de acesso. O roteiro da entrevista foi elaborado em duas versões, uma em língua portuguesa e outra em crioulo guineense e, valendo aqui ressaltar, as entrevistas foram realizadas na língua crioulo, enquanto suas traduções encontram-se na língua portuguesa.

Foram entrevistadas um total de nove mulheres que trabalham com comércio informal, da faixa etária entre 19 a 52 anos, de diferentes culturas e grupos etnolinguísticos, tais como balanta, manchanche, mandinga, fula, papel e mansônica. As entrevistas foram realizadas nos seus respectivos espaços de trabalho e na língua crioulo, a língua a qual elas se sentem mais à vontade em falar. Ainda vale enfatizar que as entrevistas ocorreram em diferentes regiões que compõem o país, entre elas destacam-se: Bafatá, Gabu, setor de Bambadinca e setor autónomo de Bissau, sendo desenvolvidas no período de abril a dezembro de 2021.

Com exceção da introdução, localização geográfica e considerações finais, o presente artigo encontra-se estruturado em quatro tópicos centrais. O primeiro traz os principais fatores que influenciaram a desvalorização do trabalho. No segundo foram apresentados os conceitos de trabalho informal a partir da perspectiva de diferentes autores, enquanto o terceiro, apresenta as discussões relativas à questão sobre a desigualdade de gênero e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Por fim, procurou-se no último tópico, a partir dos resultados das entrevistas, detalhar os aspectos relacionados à inserção das mulheres guineenses no mercado informal e suas lutas diárias, bem como os papéis desenvolvidos por elas na educação dos filhos.

FATORES QUE INFLUENCIARAM NA DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Desde o início o capitalismo trouxe as diferentes formas de estruturação de trabalho e isto resultou em destruição do meio ambiente, guerras, a luta pela posse, luta entre as classes e a substituição do trabalho manual pelo automatizado em busca da sucessiva busca pelo acúmulo de bens e de riqueza. Nota-se que existe dentro das sociedades capitalistas uma pequena parcela da população que é detentora de todo meio de produção, por outro lado, existe grande número da população que são proletários que vendem as suas forças de trabalhos para conseguir satisfazer suas necessidades, são esses elementos que podemos ver até nos dias atuais (MARTINS, 2015).

Segundo Antunes (2011) pode-se adicionar que, em plena eclosão da mais recente crise global, este quadro se amplia ainda mais e se faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz taylorista-fordista:

Pautado pela *subsunção real do trabalho* (Marx, 1978) ao mundo maquínico, seja pela vigência da máquina-ferramenta autômata ou informacional-digital, esse trabalho relativamente mais formalizado vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de informalidade e precarização, de que são exemplo o *trabalho atípico* (Vasapollo, 2005), os trabalhos terceirizados (com sua enorme gama e variedade), o “cooperativismo”, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário” etc. Estas modalidades de trabalho configurando as mais distintas e diferenciadas formas de precarização do trabalho e de expansão da informalidade — vêm ampliando as formas geradoras do *valor*, ainda que sob a *aparência* do *não valor*, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *autoexploração* do trabalho). (ANTUNES, 2011, p. 406-407).

Todo esse processo da precarização do trabalho e baixa remuneração acabou por afetar mais as mulheres, já que o trabalho desenvolvido por elas sempre foi invisibilizado, com a substituição de trabalho manual por máquinas, muitas mulheres acabaram por ficar desempregadas. Mesmo sem trabalho remunerado nunca deixaram de exercer o papel que foi atribuído a elas devido ao sistema patriarcal, predominante ao longo dos anos, que é cuidar das tarefas domésticas e dos filhos.

As mulheres têm tido um papel de destaque no âmbito do trabalho informal nas sociedades africanas desde a época pré-colonial. Este fato parece confirmar a existência de um modo de produção africano pré-colonial, em que a presença de mulheres comerciantes constituiu uma especificidade de gênero que não estava presente nas sociedades pré-industriais europeias, por exemplo. Além disso, esta perspectiva remete para a provável existência de dinâmicas culturais que parecem ter sobrevivido ao período colonial (SILVA, 2010, p.2).

O estudo sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho vem sendo objeto de grande produção teórica, como por exemplo, a pesquisa conduzida por Druck (2011) “*Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?*” e a Araújo (2007) *Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva*. Esses estudos são importantes para explicar a crise socioeconômica que as mulheres viveram nas últimas décadas. Frente a essa crise econômica global, a participação feminina no mercado de trabalho em muitos países, como é o caso da Guiné-Bissau, é o único setor de produção que aumentou as suas atividades durante a crise.

De acordo com Carrasco (1999, p.15), o debate sobre o patriarcado/capitalismo já tinha criado as primeiras discussões em torno do trabalho feminino assalariado, confrontando a lógica patriarcal à lógica capitalista. Esses dois aspectos destacados da discussão têm a ver com a caracterização das mulheres como exército industrial de reserva nos termos definidos pelo Marx, com o chamado “salário familiar”.

A desvalorização do trabalho na Guiné-Bissau teve o seu marco com o golpe de Estado em novembro de 1980, com essa crise política veio a desvalorização do funcionário público e a falta de pagamento dos salários. Por essa razão, nota-se que a instabilidade política que se instalou no país, provocou o aumento do desemprego e, ao mesmo tempo, trouxe a desvalorização do trabalho, razão pela qual as mulheres guineenses passaram a assumir as despesas das suas moradas e dos seus filhos.

A desvalorização do trabalho na Guiné-Bissau continua sendo motivo de grande preocupação. Essa desvalorização não afeta somente o setor público, mas também o setor privado, porque o Estado não foi capaz de criar leis que estabelecessem um salário-mínimo para o funcionário. Sendo assim, cada

empregador paga de acordo com as leis criadas pela própria instituição ou empresa.

RELAÇÃO DE GÊNERO NO CONTEXTO GUINEENSE

Difícilmente podemos falar de gênero sem entender a sua essência, tem-se gênero como uma construção social, sobre o que é ser mulher ou homem num determinado espaço ou tempo, e se manifesta de diversas formas, muitas das vezes como discriminação baseadas no fato de ser mulher ou homem, independentemente da sua faixa etária, classe, orientação sexual ou de ser pessoa com deficiência ou não.

Segundo Impanta (2017) apesar do aumento crescente do estudo de gênero nas ciências humanas e dentro das Relações Internacionais, o estudo referente a participação feminina africana vem sendo aplicado a entender como a entrada de um ator com crescente peso no cenário internacional tem afetado nas relações africanas das pesquisas sobre gênero e feminismo.

Falar de relação de gênero na Guiné-Bissau traz à tona as diversas ondas de colonialismo. O país é uma parte da África ocupada, ou seja, invadida pelos colonizadores, seja colonos árabes, assim como a colonização europeia. A colonização árabe que foi o primeiro acabou por introduzir as suas ideologias e as suas formas de relação e cultura dentro do povo africano, o mesmo se deu com a cultura europeia que acabou introduzindo as suas crenças.

Essas duas culturas, tanto a europeia quanto os árabes, são povos patriarcados e trouxeram para o continente africano a concepção sobre o patriarcalismo, não que no continente africano não a existisse, mas era de uma maneira equilibrada, mas equilibrada como? Equilibrada no sentido que existiam reinos no qual o matriarcado predominava e o poder feminino era muito forte. Temos exemplos da Rainha Okinka Pampa, da ilha dos Bijagos, Rainha Nzinga Mbande do Ndongo e Matamba, que é a atual Angola hoje, entre outras. Nesse sentido, era um continente equilibrado a respeito do patriarcalismo.

Nessa questão, o país africano atual Guiné-Bissau vem do mesmo histórico de um território híbrido e não de um patriarcado de alta intensidade, pois, como citado anteriormente, certas regiões eram comandadas por mulheres.

Segundo o que a pesquisadora feminista nigeriana Oyonronke explica sobre a intensidade do patriarcado na era pré-colonial e pós-colonial.

É neste sentido que a invasão, tanto árabe quanto europeia, faz com que as sociedades africanas, hoje, passem a ser dominadas por dois grupos, os islâmicos que tem o pensamento e ideologia baseada no islão, enquanto o outro grupo, que faz parte do cristianismo, tem ideologias e vivências culturais baseadas na estrutura judaica cristã que também é extremamente liderada pelo patriarcado. (OYÈRÓNKÉ, 2004)

Atualmente, a maior parte das convivências, principalmente nas esferas públicas guineense e em todas as relações, são vistas a partir da perspectiva cultural árabe islâmica e judaica cristã, que sempre demonstra que chefe da família tem de ser homem, ele quem tem que liderar a casa e tudo mais.

Passou a ser um hábito, se assim pode dizer, adotada a partir dessas duas perspectivas, que hoje tornou uma sociedade altamente patriarcal e "machista" na qual o homem se sente no direito de mandar na mulher, e em um certo ponto a mulher é a sua propriedade, o que ele fala tem de ser feito e obedecido.

Para Beauvoir (1970), as distinções entre homens e mulheres são apenas questões de anatomia e fisiologia, assim é algo muito supérfluo para ser definido uma hierarquia de gênero. O masculino e o feminino é uma construção vinda dos aspectos históricos e socioculturais que devem ser compreendidos com as especificidades na qual estes são inseridos. Para a autora, não nascem homens ou mulheres, as identidades de gênero são construídas a partir do processo de socialização e aprendizado onde aprende-se a ser homens e mulheres e a aceitação ocorre de forma natural essa natureza assim como a subordinação da relação de poder entre sexos.

Já na perspectiva de Oyeronke (2004, p. 1-9), gênero é uma construção sociocultural, é sociocultural porque depende de cada sociedade e na socialização de um ser humano através do lugar onde esse indivíduo nasceu e onde vive, porque desde infância a criança é ensinada a se comportar de maneiras diferentes, a depender do seu gênero, isto é, se no caso, é menino ou menina.

São esses comportamentos que regem a discriminação pelas mulheres, e, ao mesmo tempo, acaba por diferenciar em certos padrões comportamentais. O

homem foi ensinado a não chorar, a não demonstrar a fraqueza e ser chefe de família e líder, enquanto a mulher ela foi ensinada de outra forma, sempre quando senta tem que fechar as pernas, tem que saber tarefas domésticas e ser obediente ao seu marido, portanto é ali que assenta a desigualdade, isto é, a diferença no papel desempenhado entre o homem e mulher, bem como, nos lugares que são ocupados pelas mulheres na sociedade. Isso acaba trazendo enormes consequências, como no caso das entradas das mulheres nas escolas, assim como no emprego.

Nesse sentido, faz-se necessário questionar o seguinte: as mulheres, em sua maioria, quais são os lugares que elas ocupam? Podemos ver as mulheres como faxineira, empregada doméstica entre outras, iremos encontrar um número menor do que os homens nos cargos de grande prestígio, ou seja, nos lugares de tomada de decisão, tais como: diretor de instituições, ministras entre outras funções. De acordo com Biroli (2016), a posição das mulheres nas relações de trabalho situa-se nas formas de exploração que lhe caracterizam, sob a dominação de gênero (ou patriarcado). Trata-se de “[...] um conjunto variado de abordagens, atravessado pelo problema da correlação entre a divisão do trabalho doméstico não remunerado, a divisão do trabalho remunerado e as relações de poder nas sociedades contemporâneas” (p.725).

Isso se deve ao fato de que os conceitos associados ao gênero que foi criado ao longo tempo sobre as mulheres, e de que as mulheres não servem para esses papéis de grande prestígio, mas sim, para os papéis ligados a afeto e cuidado. Podemos ver isso nas creches e no ensino da educação infantil, onde a maioria dos funcionários ou professores da escola são mulheres, enquanto nas outras áreas institucionais, ou seja, no aparelho do Estado, os homens ocupam a maior parte desse espaço.

O que cria essa desigualdade é o gênero, essa socialização que vem desde criança quais são os comportamentos, hábitos para homens e quais são para as mulheres. As mulheres sempre são restringidas ao espaço privado, enquanto o homem está inserido no público, segundo Biague (2019) o histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado na cultura hegemônica e na desigualdade de gênero, que tem restringido as mulheres sempre aos

espaços privados como sendo o único espaço que ela deve ocupar na sociedade.

O que difere a Guiné-Bissau em relação aos outros países na questão do gênero é que a sociedade guineense é permeada pelas diferentes culturas e etnias, cada etnia tem a sua própria cultura. Na Guiné-Bissau, cada etnia tem o seu conceito do que é ser mulher. Por exemplo, na etnia bijagós, que é uma etnia matrilineal, a mulher tem um papel importante nas tomadas de decisões, elas são as líderes. Já na etnia mandinga, ser mulher tem outro significado, uma vez que permite a circuncisão das mulheres e, sobretudo, a mulher circuncidada tem papel diferente em relação aos que não passaram pelo mesmo rito.

Na sociedade guineense, a mulher não é vista como alguém que é capaz de liderar por causa da “sensibilidade” que elas apresentam, já que são vistas como incapazes, e não têm capacidade suficiente ou habilidades intelectuais. Por mais que uma mulher seja formada e demonstre a sua capacidade para assumir um determinado cargo, o sistema não lhe permite assumir esse lugar, uma vez que a sua condição de ser mulher é associada à ideia de uma fragilidade maior que a colocasse em uma situação de total dependência, o fator que lhe impuseram a limitação desses cargos (GOMES; FURTADO, 2017).

Hoje fala-se muito sobre igualdade de direito e, na constituição da república de Guiné-Bissau está muito bem explícito no artigo 25 “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”, mas infelizmente, verifica-se uma tremenda desigualdade que afeta as mulheres no cotidiano guineense, as próprias leis que zelam pela igualdade acabam por não serem cumpridas na prática (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2012).

INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO INFORMAL, AS LUTAS DIÁRIAS PARA SE MANTEREM E O SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

A inserção das mulheres no ensino superior apresenta número menor em relação aos homens, devido ao patriarcado e machismo, o que leva poucas mulheres a se sentirem incapazes de enfrentar o sistema, visto que a religião, a cultura e a tradição são também fatores que influenciam negativamente nesse

ingresso nas universidades. Por isso, estudar passou a ser algo longínquo para as mulheres e não foi diferente com as mulheres que trabalham no mercado informal.

A entrada no ensino superior passou a ser colocado em segundo plano, já que o próprio estado não se empenha em criar políticas públicas que visam incluir as mulheres guineenses no ensino superior. Segundo o relatório da CPLP, os homens correspondem 49,5% da população guineense (895.836 em números absolutos) e as mulheres ocupam 50,5% que corresponde a 911.588 pessoas. E no que diz respeito ao processo de escolarização das mulheres, tanto no ensino secundário como no ensino superior, ocupam 33,8%, enquanto os homens ocupam 65,9% (DENARP, 2011).

Com a fraca inserção das mulheres no ensino superior, a limitação imposta pelo machismo e a desvalorização do funcionário público, muitos recorrem ao trabalho informal já que ali não se exige o currículo e ensino superior. Para aquelas que conseguiram estudar e conseguem entrar nas universidades, muitas delas cursam enfermagem, serviço social, sociologia, por serem associados aos “cursos de mulher”, e as áreas de exatas são pouco procurados pelas mulheres, porque a própria sociedade já os colocou no lugar ou curso de mulher.

Com isso, a aposta na formação dos filhos tornou-se importante, uma vez que elas acreditam que a educação dos filhos será mais benéfica e poderão vê-los a contribuírem no desenvolvimento econômico, político e sociocultural do país. Com a renda proveniente do trabalho informal, milhares de mulheres guineenses têm contribuído para o equilíbrio financeiro das famílias e educação dos filhos e, para essas mulheres, este trabalho garante a autonomia e bem-estar das suas famílias, sendo tão importante quanto o emprego formal.

Na entrevista concedida com a Ivone (2021)² consta a seguinte declaração: “No início comecei a vender era para ajudar a minha mãe, mas hoje é para sustentar a minha família e comercializo porque tenho filhos, eu mesmo preciso das minhas coisas sem contar com a minha mãe que ainda está de vida e precisa de mim”.

O sistema patriarcal acabou colocando o trabalho de cuidar de casa, filhos e marido como a função da mulher e quando ela se rebela contra o sistema (que

² Entrevista concedida em Bissau no dia 7 de abril de 2021. Vale ressaltar que todos os nomes das pessoas entrevistadas são fictícios.

no caso luta pelos seus direitos de acesso à escola, a recusa em ter filhos ou casamento precoce), acaba sendo mal interpretada pela sociedade. De acordo com Sanca (2014, p.15), “apesar do baixo nível de escolaridade, as mulheres bideiras³ deram uma contribuição para o crescimento e desenvolvimento econômico do país através da produção agrícola, pecuária e pesca, desenvolvendo o sector informal”.

É importante salientar que apesar delas contribuírem para o crescimento socioeconômico do país, o trabalho continua a ser desvalorizado, devido ao machismo que coloca a mulher sempre inferior ao homem e por ser um trabalho onde não precisa de nível acadêmico no qual, sobretudo, é ocupado majoritariamente pelas mulheres, assim passa a ser desvalorizado ainda mais.

Como expressou uma das entrevistadas:

Vender é um trabalho importante, mas poucas pessoas dão valor ao nosso trabalho e a esse trabalho que não tem férias, mas as pessoas que trabalham com venda sempre sabem como lidar com dinheiro, como gerir o seu dinheiro e através desse trabalho pago meus impostos porque pago a câmara e toda vez que compro algo para vender estou movimentando a economia e isso ajuda o país⁴.

Minha família vê normal por sabem que aqui é onde eu tiro dinheiro para o nosso sustento, agora as pessoas de rua não veem assim bem, porque acabei o liceu (ensino médio) ficam falando que não quero ir para universidade me formar e fico atrás do dinheiro e a vender sanduíche, mas sempre falo que não tenho quem pagar a minha formação não posso sair daqui ir para Bissau e deixar a minha família, sabemos bem com Bissau é difícil só tenho que pegar nessa venda⁵.

Segundo Gomes (sine die, p.2), na Guiné-Bissau, por conta da instabilidade política e econômica, muitas famílias têm se sustentado graças ao papel das mulheres bideiras, vendendo diferentes produtos: roupas, calçados e alimentos. Uma das entrevistadas afirmou que:

Comecei a vender laranja, mas vi que não tem muito rendimento, depois que dei a luz me casei e o meu marido não tem emprego virei lavadeira pego roupas de outras pessoas e lavo depois de lavar elas me pagam com esse dinheiro tiro uma parte para casa

³ *Mulheres Bideiras* significa as mulheres que vendem no mercado informal.

⁴ Entrevista concedida com a sr^a Biocsan, em Gabu no dia 24 de maio de 2021.

⁵ Entrevista concedida com a sr^a Maimuna em Bafatá no dia 25 de maio de 2021.

e guardo outro e quando juntei o necessário fui ao *lumo*⁶ Comprei grande quantidade de legumes e cesta de tomate, mas quando não consigo vender os produtos apodrecem e estraga então decidi mudar de rumo comecei a ir *lumo* comprar carvão e lenha já que estes não estragam, estou nisso até hoje.⁷

Com o rendimento proveniente desse trabalho das mulheres no setor informal, tem contribuído para sua autonomia econômico-financeira, sua emancipação e uma maior participação na sociedade guineense.

A economia informal contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau nos últimos vinte anos, num contexto marcado por instabilidades militares, político-econômicas, crises e atrasos no pagamento dos salários no setor formal.

Um fator importante que precisa ser ressaltado é o desemprego, e o que se pode constatar na Guiné-Bissau é que o mercado informal ganha mais destaque, ou seja, quanto maior for o número do desemprego no país, mais pessoas procuram o mercado informal. Existe no país carência das empresas e o Estado não consegue dar conta de empregar o maior número das pessoas, dessa forma, o mercado informal ganhou mais destaque.

No entanto, mesmo com pessoas empregadas ainda existe a questão da falta de salário por parte do governo, que muitas das vezes demora ou não chega, o governo guineense tem grande dificuldade em sanar dívidas deixadas pelo governo passado e cumprir com acordos feitos com sindicatos, gerando uma instabilidade, não só para pessoas que trabalham formalmente, mas para todo o país, afetando seu desenvolvimento.

O trabalho das mulheres no mercado informal consiste numa resistência diária desde acordar cedo em busca dos produtos até o momento para comercializar. A outra resistência trata-se da briga com os agentes da câmara municipal de Bissau (CMB) sobre os seus respectivos lugares de trabalho, ou seja, na procura do espaço que dá mais visibilidade aos seus clientes. A outra questão trata-se de irem para outros países com intuito de procurar os produtos para vender ou de até acordar muito mais cedo para irem ao *lumo* e às vezes não

⁶ Lugar onde vendem variedades de produtos e nesse espaço também pode encontrar pessoas de diferentes regiões e até de países vizinhos da Guiné-Bissau.

⁷ Entrevista concedida a Mariana em Bafatá no dia 24 de maio de 2021.

conseguem voltar para casa no mesmo dia, aliás, levam até uma semana para regressarem, como bem aponta uma das entrevistadas.

Muita dificuldade para encontrar os produtos, muitas vezes quando vou ao lumo não consigo carro para voltar tenho que ficar e dormir dois dias ou mais. Às vezes durmo na varanda de pessoas que nem conheço ou buscar árvores próximas da estrada e se sentar e cochilar.⁸

Tenho muita dificuldade pra achar os produtos, porque antes eu ia para outros países e no início não conhecia ninguém, tenho que pagar hotel para ficar duas ou três semanas, pior de tudo é que não falo ollouf⁹, francês nem inglês fico meio perdido, mas com o tempo as pessoas onde compro mercadoria meus clientes já me conheciam então ficou mais fácil.¹⁰

Todo esse processo se agravou ainda mais com a pandemia de Covid-19 onde as mulheres que comercializam os seus produtos na rua foram mudadas dos seus lugares de ganhar o pão de cada dia, os mercados foram fechados quase um mês, sob a ordem do governo, e sem a criação de um plano que vai dar suporte a essas mulheres e os seus filhos, com intuito de reduzir a pobreza, como vimos nos outros países, inclusive no Brasil e Estados Unidos. Esse dilema acaba por gerar outra situação ainda mais complicada para as mulheres, com a chegada dos produtos vindos do Marrocos. Que acabam vindo mais baratos e faz com que os produtos nacionais tenham menos procura, bem como explica Mariana (2021)¹¹.

Os marroquinos vieram no início da pandemia, como mandaram todo mundo para quarentena eles voltaram para o Marrocos, mas vieram agora para ficar trouxeram freezer para conservar os produtos, só ficamos sabendo disso recentemente, como bem sabes aqui ninguém nos passam informação de nada, antes nos colocaram no espaço verde onde estamos há mais de 1 ano já, disseram que é por causa da pandemia, fecharam tudo, antes de nos mandarem para espaço verde perdemos todo o nosso produto até hoje não consigo me reerguer. Aqui no espaço verde é só sofrimento minha filha, tem dias que não vendo nem um tostão, porque aqui não vendem peixe nem carne só legumes, então, os clientes não vêm aqui vão direto para feira de Bande porque lá tem tudo.

⁸ Entrevista concedida em Bambadinca, no dia 22 de maio de 2021, com a Sra. Nhima, uma das mulheres que vendem no mercado informal.

⁹ Língua falada no Senegal, ou seja, a língua nacional.

¹⁰ Aqui trata-se de uma conversação feita no mesmo local, com a Sra. Tereza, no dia 07 de abril de 2021.

¹¹ Entrevista realizada em Bissau no dia 08 de janeiro de 2022.

As mulheres do setor informal enfrentam uma luta diária nos seus respectivos locais de trabalho, ora com o pessoal da câmara municipal, outra hora é na busca pelos produtos comercializados, e é importante mostrar como o setor informal carece de atenção por parte do Estado guineense, e se percebe que existe a falta do diálogo entre o Estado e essas mulheres, por isso, a situação se agrava cada vez mais. Assim abordou outra entrevistada:

O papel câmara é varrer, limpar e medir o lugar que as pessoas vão colocar as mesas, mas no meu caso eu fico fora não dentro da feira o espaço que eu coloco as minhas coisas dentro da feira é da minha amiga, pagamos 150f¹²c, mas até o banheiro da feira temos que pagar 25fc para fazer xixi e 100fc para fazer e eles nem lavam o banheiro sempre por isso eu não uso esse banheiro peço sempre na casa da vizinha e também ofereço legumes para eles não deixo eles pagarem porque você tem que ajudar quem te ajuda. Aqui o governo nem se lembra das pessoas que estão no interior e eu não conheço e nem sei quem é o governador eu não sei de nada desse presidente, mas é melhor não falar sobre isso porque agora a pessoa não pode falar mandão bater.¹³

Tudo isso faz com que as mulheres do mercado informal não se sintam representadas pelo estado, caracterizando suas lutas diárias como pessoal e não da sociedade, já que o estado é ausente, pois foca apenas em recolher o dinheiro, mas não se preocupa em saber quais são as suas dificuldades enfrentadas no cotidiano e tentar amenizá-las. Ainda existe esse silenciamento da população quando estes se sentem incomodados e querem manifestar suas indignações, existe um medo instalado no país. Atualmente na Guiné-Bissau, reivindicar tornou-se um ato desrespeitoso que vai contra os princípios do governo.

¹² 1,42 centavos na cotação do dia 26 de janeiro de 2022.

¹³ Entrevista concedida com a sr^a Fatu em Bambadinca no dia 20 de abril de 2021.

Figura 1- Espaço verde, lugar adaptado pelo governo na pandemia para as mulheres do mercado informal comercializarem os seus produtos.



Fonte: David Fernandes, data: 21 de janeiro de 2022.

Figura 2 - Produtos comercializados no espaço verde.



Fonte: David Fernandes. Data: 21 de janeiro de 2020.

Ao longo das análises das entrevistas, percebe-se que a maioria das mulheres que atuam no setor formal, tem preocupações que estão diretamente ligadas com a educação dos filhos ou na formação acadêmica de membros da

família, sobretudo para aquelas que não têm formação acadêmica completa. Uma vez que o maior desejo dessas mulheres é ver os filhos formados no ensino superior e não passar aquilo que haviam passado ao longo do tempo. Uma entrevistada afirma que:

Comecei porque o meu pai faleceu e vi a minha mãe sozinha a enfrentar a dificuldade e vi os meus irmãos a sofrerem por não ter quem pagar a escola para eles e nem eu tive que pagar as minhas mensalidades, por isso comecei a vender para pagar a mensalidade escolar, dos meus irmãos mais novos e meus sobrinhos e poder ter dinheiro para comprar algo para comermos, por isso estou a vender¹⁴.

O trabalho das mulheres no setor informal serve também como ferramenta para a redução do analfabetismo no país. Com o dinheiro vindo do comércio informal, muitas mulheres conseguem pagar mensalidade dos filhos ou membros da família, e isso permite a permanência destes nas escolas e universidades.

A CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO INFORMAL NO CRESCIMENTO DA ECONOMIA

Apesar de o setor informal ter tido pouca atenção pelo Estado, é perceptível que o setor apresenta um fluxo de rendimento muito alto e contribui bastante no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Vale salientar que o setor informal também movimenta muito a economia e ajuda na manutenção de diferentes áreas desse setor.

Segundo Mendes (2016, p.67), o comércio informal tem tido um papel importante e crucial no abrandamento da insegurança alimentar na sub-região da África ocidental, sobretudo dos países vizinhos da Guiné-Bissau, Senegal, Gâmbia e Guiné Conakry concomitantemente. O que se nota nas últimas duas décadas é que o comércio informal caracteriza a forma de ocupação de inúmeras pessoas.

Na Guiné-Bissau o setor informal é sustentado graças à política de livre comércio entre países da Comunidade Econômica de Estado da África Ocidental (CEDEAO). Os produtos importados de outros países também servem como a

¹⁴ Entrevista concedida pela sr^a Cadi, em Gabú, no dia 22 de maio de 2021.

base para abastecer o comércio informal no país, lembrando que este não tem nenhuma empresa de produção própria, ou seja, as máquinas para produção de roupas, calçados, ou máquinas para as transformações dos produtos nacionais.

Um dos setores que faz parte do comércio informal que ajuda muito na economia são os *lumos* realizados em diferentes regiões e setores dos países. Os *lumos* permitem a circulação de bens e serviços e isso traz rendimento benéfico para o país.

Para Camara (2010, p.45), as transações comerciais realizadas no quadro dos *lumos* ultrapassam, hoje em dia, a dimensão local e atingem o nível mais alargado nacional e sub-regional. Para este autor, o expoente máximo do *lumo* é a transação comercial, apesar de outras funções que desempenha na área social e política, como elo entre a população da zona com as autoridades locais, regionais ou a nível nacional (Figura 3).

Figura 3 - Lumo de Cacheu



Fonte: <<https://www.facebook.com/RESSANGB/photos/lumo-mercado-de-cacheu-no-zona-norte-d-a-guin%C3%A9-bissau-pequena-vendedora-de-produt/1080738671997620/>>.

Vale ressaltar que nos *lumos* pode-se encontrar variedades de produtos como roupas, produtos alimentícios, produtos de beleza, animais, móveis, produtos escolares e entre outros. E ainda nessas feiras de *lumos* encontram-se pessoas de diferentes países, que por muitas vezes se fazem presentes com o intuito de comprar diversos produtos, e em seguida revendê-los.

As mulheres guineenses ocupam grande parte do setor informal, garantindo assim um grande fluxo desse espaço, sendo elas a maioria da população. Segundo Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI, 2021. p. 62-70), em geral, as mulheres participam em todas as atividades econômicas e são majoritárias no ramo de Agropecuárias, de Caça e Apoio (51,1%), Silvicultura, Extração de Madeira e Atividades de Apoio (55,8%), comércio a grosso (54,1%), comércio retalhista (68,5%) e alojamento e restauração (81,4%). No entanto, existem regiões em que elas não são majoritárias, mas acabam dominando o ramo em questão.

Portanto, as unidades de produção informais criaram 216.379 postos de trabalho, dos quais 48,7% são mulheres e 44,5% são jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, com rendimento mensal de 84.044 FCFA¹⁵. (ERI-ESI, 2021)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado das entrevistas realizadas, é notório que as mulheres guineenses têm sido um grande pilar para o desenvolvimento não só da economia, mas também para as diferentes áreas do país. Tornando assim uma base para manutenção das suas famílias e ainda lutando contra o analfabetismo e a pobreza. O Estado, como órgão superior, tem que dar atenção a essa área tão invisibilizada que é o comércio informal, criando melhores condições de trabalho e idealizando políticas para o microcrédito que serve de manutenção para essas mulheres. Além disso, investir nos pequenos negócios que possam gerar o desenvolvimento no setor econômico.

Como pode-se perceber, o trabalho informal abrange as diferentes áreas do comércio e é ocupado principalmente pelas mulheres, devido a falta de acesso à educação e de política pública voltada para essas áreas das populações mais vulneráveis, e a falta da valorização do funcionário e o não cumprimento por parte do Estado em arcar com as suas responsabilidades em pagar os salários.

¹⁵ Corresponde a aproximadamente 836,23 reais na cotação de 10 de janeiro 2021.

Contudo, o trabalho informal realizado pelas mulheres tem contribuído para o crescimento do país e para a sobrevivência e manutenção das famílias no que diz respeito à educação, alimentação, saúde, vestuário dos filhos, assim como no próprio crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, constantemente, esse comércio informal feito por mulheres não é reconhecido pela sociedade como trabalho que gera uma fonte de renda. Uma vez que o trabalho formal é considerado mais benéfico e superior em relação ao informal. Também é válido ressaltar que a maioria dessas mulheres que trabalham no mercado informal apresentam, em média, um nível de escolaridade inferior, sendo esse um dos motivos principais que as levam a aderirem ao comércio informal.

O trabalho das mulheres no setor informal tem colaborado para sua autonomia econômico-financeira, sua emancipação e uma maior participação na sociedade guineense. As mulheres no mercado informal têm garantido a sobrevivência de milhares de mulheres e reprodução das famílias, muito embora suas visibilidades não foram reconhecidas como algo importante na sociedade guineense, já que o machismo acaba limitando-as, por essa razão dificilmente são incluídas nos lugares de grandes prestígios e nas tomadas de decisões.

Em suma, o trabalho informal tem suas vantagens e desvantagens, mas, isso só pode ser percebido e melhorado pelo próprio Estado. As mulheres guineenses contribuem para alcançar o objetivo de aumentar as produções econômicas para o bem comum e o desenvolvimento do país, tornando assim, esse espaço um lugar melhor para toda a sua população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, n.107, p. 405-419, 2011.

ARAÚJO, M, C. Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia Recife – PE – 29/05 a 01/06 de 2007**. GT 29: Trabalho, Precarização e Políticas Públicas.

BIAGUE. A. G. **DA INVISIBILIDADE À REPRESENTATIVIDADE:** breve discussão sobre a mulher na esfera pública de Guiné-Bissau. 2019. Disponível

em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_700_7005cb64089ef224.pdf>. Acesso em: 17 de jan. 2022.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista de Ciências Sociais**, v.59, n.3, 2016.

BEAUVOIR, S. **O segundo Sexo**. (S. Millet, Trad.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CAMARA, S. T. **Lumo – Estatuto, funcionamento e organização dos Mercados Periódicos na Guiné-Bissau – estudo de caso no lumo de Mafanco**. 2010. 151p. Dissertação (Mestre em Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico). Instituto universitário de Lisboa. 2010.

CAMBOTA, J. N.; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por gênero intra-ocupações no Brasil, em 2004. **Revista de Economia Contemporânea**, v.11, n.2, p.331-350, 2007.

CARRASCO, C. **Introdução para uma economia feminista**. 1999. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/INTRODUCAO-para-uma-economia-feminista-Carrasco.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CAVAZOTTE, F. S. C. N.; OLIVEIRA, L. B.; MIRANDA, L. C. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexos nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração**, v.45, n.1, p.70-83, 2010.

COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.12, n.2, p.189-202, 2009.

CPLP. Comunidade de Países da Língua Portuguesa. **Relatório Final-Guiné-Bissau**. Agosto de 2017. Revisado em abril de 2018.

DENARDP: versão corrigida em outubro de 2005 na base do DENARP adaptado em agosto de 2004. 2011. Disponível em: <www.stat-guineebissau.com/denarp/denarp.pdf>. Acesso em: 9 de ago. 2021.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, v.24. n.01, p.37-57, 2011.

GOMES, P. G.; FURTADO, C. A. (Ed.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectivas de gênero**. SciELO-EDUFBA, 2017.

GUINÉ BISSAU. **Documento de Estratégia nacional de Redução da Pobreza**. Relatório do FMI, 2011.

GIUBERTI, A. C.; MENEZES-FILHO, N. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v.9, n.3, p.369-384, 2005.

GOMES, P. G. **As mulheres do sector informal Experiência na Guiné-Bissau**. Disponível em: http://www.academia.edu/5130097/As_mulheres_do_sector_informal._Experi%C3%Aancia_da_Guin%C3%A9-Bissau. Acesso em: 8 de dez. 2021.

IMPANTA, A. I. **Mulheres Guineenses Na Tomada De Decisões Políticas**. 2014. Universidade da integração internacional da lusofonia afrobrasileira (UNILAB). INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA. REDENÇÃO, 2017.

KREIN, J. D.; PRONI, M. W. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília: OIT- Brasil, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227055.pdf. Acesso em: 11 ago 2023.

LEONE, E. T. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Brasília: OIT-Brasil, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227068.pdf. Acesso em: 11 ago 2023.

LOMBARDI, M. R. **A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho**. In: COSTA, Albertina et al. (Org.). Divisão sexual do trabalho: Estado e crise do capitalismo. Recife: SOS Corpo, 2010. p. 35-56.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. Boitempo Editorial, 2015.

MENDES, H. **Mindjeris Di Guiné-Bissau Tené Balur**. 2016. 83p. Dissertação (Bacharel em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde-BA. 2016.

NORONHA, E. G. " Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, p.111-129, 2003.

OYEWUMÍ, O. **Conceituando O Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p.1-9.

PEREIRA, M. P. A. **Mulheres guineenses no mercado de trabalho: constrangimentos, desafios e possíveis soluções**. 2022. 22f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Humanidade). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB). São Francisco do Conde. 2023.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU Assembleia Nacional Popular. **Constituição da República**. Reimpressão- INACEP. Janeiro de 2012.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU Ministério da Economia e Finanças Instituto Nacional de Estatística (INE). **Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI)** Guiné-Bissau, 2017-2018, outubro 2019.

SAINT-JEAN, M.; THERRIAULT, P. Trabalho, estudo e produtividade: da confusão à definição. **Rev Ocup Univ São Paulo**, v.18, n.1, p.11-16, 2007.

SANCA, I. **A Inserção das mulheres das mulheres no mercado de trabalho na Guiné-Bissau**. 2014. 70p. Dissertação (Bacharel em Administração). Universidade Federal de Rio Grande Do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 2014.

SANTOS, D. A. dos. **Mulheres e trabalho informal: reflexões a partir da realidade brasileira**. 2020. 81p. Monografia (Bacharel em Serviço Social). Universidade Federal do Tocantins. Miracema do Tocantins, Tocantins. 2020.

SILVA, R. R. T. Relações de gênero em África: as rabidantes e o comércio informal em Cabo Verde 7.º In: **CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS**. Lisboa. 2010.